

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS  
TEBE S.A.**

**Demonstrações Financeiras em  
31 de Dezembro de 2013 e 2012**

**ÍNDICE**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	1
Balanços Patrimoniais .....	3
Demonstração do Resultado.....	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	7
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	9

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**  
Bebedouro - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

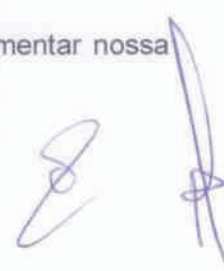
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



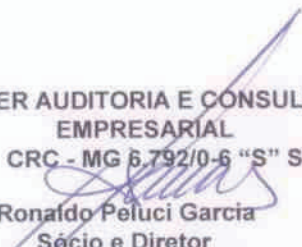
**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte - MG, 21 de fevereiro de 2014

PARECER AUDITORIA E CONSULTORIA  
EMPRESARIAL


CRC - MG 6.792/0-6 "S" SP

  
Ronaldo Peluci Garcia  
Sócio e Diretor

Contador CRC - MG. 57.764/0-7 "S" SP

VAZ E MAIA AUDITORES  
INDEPENDENTES

CRC - MG 503/0-8 "S" SP

  
Antônio Ferreira Vaz  
Sócio e Diretor

Contador CRC - MG. 20.707/0-8 "S" SP

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u> <u>Ajustado</u>
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	5	886	713
Aplicações financeiras	6	9.821	9.733
Contas a receber	7	2.985	2.734
Impostos a recuperar	8	1.388	1.426
Adiantamentos a fornecedores e outros		62	17
Despesas antecipadas	9	184	190
Outras contas a receber		17	17
<b>Total do circulante</b>		<b>15.343</b>	14.830
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9.210	11.354
Depósitos judiciais		73	43
Outras contas a receber	18	2.536	-
Imobilizado	10	189	4.512
Intangível	11	92.266	81.759
<b>Total do não circulante</b>		<b>104.274</b>	97.668
<b>Total do ativo</b>		<b>119.617</b>	112.498

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u> <u>Ajustado</u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	<b>12</b>	<b>7.407</b>	7.694
Arrendamento mercantil	<b>13</b>	<b>462</b>	446
Fornecedores		<b>1.310</b>	925
Partes relacionadas	<b>15</b>	<b>2.471</b>	2.443
Parcela da concessão - ARTESP	<b>14</b>	<b>1.845</b>	1.822
Obrigações sociais e trabalhistas		<b>1.852</b>	1.904
Obrigações tributárias		<b>514</b>	511
Imposto de renda e contribuição social		<b>1.387</b>	346
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<b>150</b>	111
Provisão para construções		-	204
Outras contas a pagar		<b>222</b>	213
<b>Total do circulante</b>		<b>17.620</b>	16.619
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	<b>12</b>	<b>13.607</b>	20.769
Arrendamento mercantil	<b>13</b>	<b>403</b>	518
Provisão para contingências	<b>18</b>	<b>3.600</b>	257
Parcela da concessão - ARTESP	<b>14</b>	<b>5.148</b>	6.275
Provisão para manutenção		<b>7.731</b>	6.359
Provisão para construções		<b>4.555</b>	4.317
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<b>475</b>	464
<b>Total do não circulante</b>		<b>35.519</b>	38.959
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>16</b>		
Capital Social realizado		<b>24.002</b>	20.002
Ágio na incorporação		<b>6.721</b>	6.721
Reserva Legal		<b>3.193</b>	2.415
Reserva Estatutária		<b>1.470</b>	1.104
Reserva de Retenção de Lucros		<b>28.842</b>	18.583
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>64.228</b>	48.825
Dividendos propostos		<b>2.250</b>	8.095
<b>Total dos dividendos e do patrimônio líquido</b>		<b>66.478</b>	56.920
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>119.617</b>	112.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - Exceto lucro por ação que está expresso em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Receita operacional bruta</b>			
Receita com arrecadação de pedágio		<b>31.826</b>	30.955
Receita com arrecadação de pedágio eletrônico		<b>33.033</b>	29.736
Receita de construção		<b>12.043</b>	9.469
Outras receitas		<b>1.469</b>	1.412
Impostos sobre arrecadação		<b>(5.784)</b>	(5.416)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>72.587</b>	66.156
Custo dos serviços de operação		<b>(16.176)</b>	(15.046)
Custo da construção		<b>(12.043)</b>	(9.469)
Custo de manutenção		<b>(2.459)</b>	(10.080)
Depreciações e amortizações		<b>(8.525)</b>	(6.196)
Parcelas da concessão		<b>(507)</b>	(507)
<b>Custo dos serviços prestados</b>		<b>(39.710)</b>	(41.298)
<b>Lucro bruto</b>		<b>32.877</b>	24.858
Despesas operacionais:			
Gerais e administrativas		<b>(6.798)</b>	(6.141)
Financeiras, líquidas das receitas		<b>(1.705)</b>	(2.791)
Depreciações e amortizações		<b>(4.154)</b>	(1.958)
Outras receitas e (despesas) operacionais		<b>2.465</b>	202
		<b>(10.192)</b>	(10.688)
<b>Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>22.685</b>	14.170
<b>Despesas com a constituição de provisões e reversões do imposto de renda e da contribuição social:</b>			
	17		
Imposto de renda		<b>(4.581)</b>	(4.659)
Contribuição social		<b>(1.698)</b>	(1.728)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<b>(848)</b>	1.668
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>15.558</b>	9.451
<b>Lucro por lote de mil ações</b>		<b>648,20</b>	472,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ágio na incorporação	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Dividendos propostos	Total dos dividendos e do patrimônio líquido
			Legal	Estatutária	Retenção de Lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Ajustados</b>	<b>19.002</b>	-	<b>1.943</b>	<b>882</b>	<b>18.195</b>	-	<b>40.022</b>	-	<b>40.022</b>
Incorporação da empresa controladora Infraenge Construções Ltda., conforme nota explicativa número 01.	-	6.721	-	-	726	-	7.447	-	7.447
Aumento de capital com retenção de lucros conforme AGO	1.000	-	-	-	(1.000)	-	-	-	-
Dividendos propostos conforme AGE e Estatuto	-	-	-	-	(8.095)	-	(8.095)	8.095	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.451	9.451	-	9.451
Constituição de reservas:									
- Legal	-	-	472	-	-	(472)	-	-	-
- Estatutária	-	-	-	222	-	(222)	-	-	-
- De retenção de lucros	-	-	-	-	8.757	(8.757)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012 - Ajustados</b>	<b>20.002</b>	<b>6.721</b>	<b>2.415</b>	<b>1.104</b>	<b>18.583</b>	-	<b>48.825</b>	<b>8.095</b>	<b>56.920</b>
Aumento de capital social conforme AGO	4.000	-	-	-	(4.000)	-	-	-	-
Dividendos propostos conforme Estatuto	-	-	-	-	(155)	-	(155)	155	-
Dividendos propostos em exercícios anteriores transferidos para obrigações com acionistas	-	-	-	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.558	15.558	-	15.558
Constituição de reservas:									
- Legal	-	-	778	-	-	(778)	-	-	-
- Estatutária	-	-	-	366	-	(366)	-	-	-
- De retenção de lucros	-	-	-	-	14.414	(14.414)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>24.002</b>	<b>6.721</b>	<b>3.193</b>	<b>1.470</b>	<b>28.842</b>	-	<b>64.228</b>	<b>2.250</b>	<b>66.478</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do exercício	15.558	9.451
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>		
- Depreciações e amortizações	8.813	7.386
- Apropriação da outorga variável	1.542	1.856
- Apropriação do custo da outorga da concessão	(953)	(1.212)
- Juros sobre empréstimos e financiamentos/Parcela da concessão	2.360	3.831
- Valor residual do ativo permanente baixado	167	12
- Variação monetária com credores pela concessão e ajuste a valor presente Lei 11.638/07.	377	329
	<u>27.864</u>	<u>21.653</u>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>		
- Contas a receber	(251)	(257)
- Impostos a recuperar	38	(1.386)
- Adiantamentos a fornecedores e outros	(45)	13
- Despesas antecipadas	6	4
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.144	(6.873)
- Depósitos judiciais	(30)	166
- Outros contas a receber	(2.536)	-
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
- Fornecedores	385	(184)
- Obrigações sociais e trabalhistas	(52)	218
- Obrigações tributárias	3	(7)
- Arrendamento mercantil	(99)	(503)
- Partes relacionadas	28	1.126
- Provisão para contingências	3.343	(16)
- Imposto de renda e contribuição social	1.041	(23)
- Provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos	50	51
- Provisão para manutenção	1.372	4.929
- Provisão para construções	34	167
- Outras contas a pagar do circulante	9	19
	<u>5.440</u>	<u>(2.556)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>33.304</u>	<u>19.097</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos:</b>		
- Aquisições de ativo imobilizado	(15)	(2.331)
- Aquisições de ativo intangível	(15.149)	(8.569)
- Efeito líquido decorrente de incorporação de empresa controladora	-	7.447
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(15.164)</u>	<u>(3.453)</u>



## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:</b>		
Empréstimos e Financiamentos:		
- Captações	<b>636</b>	1.432
- Pagamentos	<b>(10.445)</b>	(11.533)
Pagamento de dividendos	<b>(6.000)</b>	-
Liquidação da outorga fixa	<b>(454)</b>	(430)
Liquidação da outorga variável	<b>(1.616)</b>	(1.844)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b><u>(17.879)</u></b>	<b><u>(12.375)</u></b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b><u>261</u></b>	<b><u>3.269</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>10.446</b>	7.177
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<b><u>10.707</u></b>	<u>10.446</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b><u>261</u></b>	<b><u>3.269</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

#### **1. Contexto operacional**

A Concessionária de Rodovias Tebe S.A., esta sediada na cidade de Bebedouro - SP, na Rodovia Brigadeiro Faria Lima, Km 382 + 982 metros, Pista Norte. Foi constituída em 12 de janeiro de 1998, e iniciou suas operações em 02 de março do mesmo ano, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R. regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.841 de 06 de junho de 1997.

A Companhia tem como atividade preponderante a manutenção e operação do Lote 3 da malha rodoviária de ligação entre os municípios de Catanduva e Bebedouro, Taquaritinga e Pirangi e Bebedouro e Barretos. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e gestão dos serviços delegados, serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo de 240 meses com início em março de 1998 e término em fevereiro de 2018.

Em 21 de dezembro de 2006, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 11 ao Contrato de Concessão, alterando o prazo da Concessão de 240 para 324 meses. Tal alteração fundamentou-se no reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão. Em complementação ficou formalizado desconto correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal do ônus fixo, devido pela contratada, no período de março de 2007 a fevereiro de 2018, no montante de R\$ 133 mil (cento e trinta e três mil reais), em valor presente líquido na base de julho de 1997.

O regime jurídico do contrato de concessão confere ao Departamento de Estrada de Rodagem - D.E.R., a prerrogativa de fiscalizar a execução dos serviços delegados e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total. É assegurado, tanto à Companhia como ao Poder Concedente, o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas.

Em 15 de dezembro de 2011, foi assinado entre a TEBE e a ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 18/2011 ao Contrato de Concessão, alterando o índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preço de Mercado (IGPM) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) a partir de 01/07/2013.

Em 16 de novembro de 2013, foi assinado entre a TEBE e o ARTESP o Termo Aditivo e Modificativo nº 020/13 ao Contrato de Concessão, alterando os prazos dos investimentos a serem realizados. Tal alteração resultou em desequilíbrio em favor do Poder Concedente em R\$ 4 mil na base jul/1997. Assim, em 31 de dezembro de 2013, os investimentos previstos visando atender aos compromissos futuros estão estimados em R\$ 86.495, e deverão ser realizados nos próximos cinco anos.

#### **Reestruturação societária**

Em 08 de novembro de 2012, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da Infraenge Construções Ltda.. ("Infraenge") pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional (Continuação...)

A incorporação da Infraenge pela Companhia está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária e trará grandes benefícios a ambas as empresas, de ordem administrativa e econômica, através da consolidação das atividades das partes em uma única Companhia, com consequente e sensível redução de despesas financeiras, operacionais e racionalização das atividades. A união dos esforços e patrimônios permitirá um melhor aproveitamento dos recursos das empresas envolvidas. Como resultado desta incorporação, em 01 de novembro de 2012, a Infraenge foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora.

O patrimônio líquido da Infraenge foi avaliado em 30 de setembro de 2012, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 35.920, conforme Laudo de Avaliação Contábil para fins de incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

<b>ATIVO</b>	<b>30/09/2012</b>
<b>Circulante</b>	
Disponibilidades	187
Contas a receber	1.982
Impostos a recuperar	31
Adiantamentos a funcionários	4
<b>Total do circulante</b>	<b>2.204</b>
<b>Não Circulante</b>	
Investimentos em controlada	35.089
Imobilizado - líquido	219
<b>Total do não circulante</b>	<b>35.308</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>37.512</b>
<b>PASSIVO</b>	
<b>Circulante</b>	
Fornecedores	1.013
Empréstimos e financiamentos	61
Salários e encargos	149
Impostos e contribuições	102
Imposto de renda e contribuição social	149
Outras obrigações	1
<b>Total do circulante</b>	<b>1.475</b>
<b>Não Circulante</b>	
Empréstimos e financiamentos	117
<b>Total do não circulante</b>	<b>117</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	
Capital Social	30.145
Reserva de Retenção de Lucros	2.772
Resultado do período findo em 30 de setembro de 2012	3.003
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>35.920</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>37.512</b>

## **CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional (Continuação...)**

O saldo do investimento e de valores a receber e a pagar da Infraenge junto à Companhia foram eliminados no processo de incorporação.

#### **Outras informações relevantes**

Através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 27 de junho de 2013, foi divulgada a Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, de 24 de junho de 2013, contendo, dentre outros assuntos, a autorização para a realização de ajustes das tarifas de pedágio, a partir de 01 de julho de 2013, através do índice do IGPM, ao contrário do previsto no Termo Aditivo e Modificativo nº 18/2011 ao Contrato de Concessão, de 15 de dezembro de 2011, que previa o índice de reajuste das tarifas de pedágio pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) a partir de 01/07/2013.

Embora tenha sido publicada a referida deliberação, o poder concedente não autorizou o repasse deste reajuste aos usuários das rodovias. Medidas compensatórias foram propostas para garantir o cumprimento das cláusulas constantes no contrato de concessão, dentre elas: (i) desconto de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário, para complementar a receita não recebida pelas concessionárias.

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o momento, as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013; e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável.

Outras deliberações ainda poderão ser adotadas pelo Estado para garantir a compensação efetiva do não reajuste das tarifas.

## **CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis.**

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária alterada de acordo com os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941/09, bem como sobre procedimentos contábeis estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade - **CFC**, pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - **IBRACON** e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - **CPC**.

Essas demonstrações estão consistentes com as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, para fins de comparabilidade, com o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Em 21 de março de 2014 foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

#### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **Uso de estimativas e julgamentos**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisões (manutenção, construção) e análise dos riscos para determinação de outros ativos e passivos.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram originalmente preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando divulgado.

## **CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis. (Continuação...)**

As principais informações sobre julgamentos e estimativas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

#### **a) Contabilização de contratos de concessão.**

Baseadas nas disposições contidas no ICPC-01, aprovado pela Resolução nº 1.261/09 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a administração da Companhia determinou a contabilização do contrato de concessão.

Em razão das características mencionadas na nota explicativa nº 1, o contrato de concessão recebeu o tratamento de ativo intangível, que pressupõe que a administração efetua análises que envolvem o julgamento, substancialmente no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

#### **b) Momento de reconhecimento do ativo intangível.**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, aquisição/renovação de móveis, equipamentos, veículos e sistemas.

#### **c) Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão.**

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão pela sua vida útil, limitado ao prazo da concessão.

#### **d) Determinação das receitas de construção.**

As receitas de construção e melhorias na infraestrutura rodoviária são reconhecidas pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção prestados.

Na contabilização de receitas e custos a Companhia deve apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de lucro de construção a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra é a empresa do grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis. (Continuação...)

#### e) Provisão para manutenção referente a contratos de concessão.

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis:

#### a) *Instrumentos financeiros*

##### **- Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

##### **- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 3. Sumário das principais práticas contábeis. (Continuação...)

#### **- Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### **- Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores a pagar e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### **- Capital social**

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto social da Companhia são reconhecidos no exercício.

#### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, contas correntes bancárias e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

#### **c) Aplicações financeiras**

Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o valor de mercado.



## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 3. Sumário das principais práticas contábeis. (Continuação...)

#### **d) Despesas antecipadas**

São demonstradas líquidas da apropriação das despesas alocadas ao resultado.

#### **e) Imobilizado**

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens. A depreciação desses bens é incluída na demonstração do resultado nas rubricas Custo dos serviços prestados e despesas operacionais de acordo com a natureza dos bens empregados.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 10. Adicionalmente, foram revisados os efeitos de depreciação, decorrentes da análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10, e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2013. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução do imobilizado ao seu valor de realização.

#### **f) Intangível**

Corresponde aos: (i) gastos pré-operacionais e encargos financeiros referentes a atualização do Contrato de Concessão Rodoviária, os quais foram incorridos em data anterior ao início das atividades e/ou no prazo das construções previstas na nota explicativa 2b; (ii) valor contratado pela exploração da concessão junto a ARTESP, relativo a exploração do objetivo social da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1; e (iii) gastos com direito de uso, linha telefônica e software. A amortização dos encargos financeiros e dos gastos pré-operacionais é calculada pelo método linear em 240 meses, período da concessão, e em 60 meses, respectivamente. Os encargos financeiros decorrentes das construções, quando ativados tem a sua amortização calculada pelo prazo da concessão.

As melhorias são registradas ao imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados ao resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica "Obras em andamento".

A amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão é reconhecida no resultado com base no prazo remanescente da concessão.

#### **g) Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. O ônus fixo da concessão a vencer junto ao D.E.R. é atualizado pró-rata temporis com base no IGP-M.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 3. Sumário das principais práticas contábeis. (Continuação...)

#### ***h) Provisão para manutenção***

O valor reconhecido como provisão para manutenção é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

#### ***i) Capitalização dos custos dos empréstimos***

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

#### ***j) Parcela da concessão - D.E.R.***

O ônus da concessão corresponde basicamente às parcelas fixas que são contabilizadas ao valor original, ajustadas a valor presente, acrescido da atualização monetária.

#### ***k) Ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo***

A Companhia adotou a taxa de juros, com base na taxa máxima de captação de recursos de terceiros na data de início do contrato da concessão, para ajustar ao valor presente os valores relevantes de longo prazo.

#### ***l) Apuração do resultado***

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, sendo:

**Receita de pedágio:** é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

**Receita de construção:** a receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos.

#### ***m) Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

## **CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **3. Sumário das principais práticas contábeis. (Continuação...)**

#### ***n) Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social estão sendo apurados e registrados com base no resultado, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real trimestral. A contribuição social foi calculada com base na alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, passaram a ser calculados pelo regime de apuração do lucro real trimestral. Consequentemente, o adicional de 10% passou a ser calculado sobre a receita tributável adicional a R\$ 60 mil em cada trimestre relativo a apuração destes tributos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

#### ***o) Resultado por ação***

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

### **4. Gerenciamento de risco financeiro**

#### ***Gestão de capital***

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. A Administração também monitora o nível de resultados para acionistas.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 revisão 02 e Resolução CMN n. 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O Caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e saldos em bancos	739	454
Numerários em trânsito	116	227
Outros numerários - Fundos	31	32
<b>Total das disponibilidades</b>	<b>886</b>	<b>713</b>
Aplicação de liquidez imediata - CDB's	9.821	9.733
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.707</b>	<b>10.446</b>

Numerários em trânsito referem-se a recebimentos de recursos da arrecadação de pedágio realizada nos últimos dias do mês de dezembro, a ser depositado na rubrica "Bancos conta movimento".

### 6. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 referem-se basicamente em Certificados de Depósitos Bancários - CDB's de curto prazo, atualizados com base na taxa CDI.

### 7. Contas a receber

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pedágio eletrônico a receber	2.721	2.467
Cupons a receber	192	214
Receita acessória a receber	72	53
<b>Total do contas a receber</b>	<b>2.985</b>	<b>2.734</b>

### 8. Impostos a recuperar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda a recuperar	988	988
Contribuição social a recuperar	356	356
IRRF s/ aplicações financeiras	44	82
<b>Total de impostos a recuperar</b>	<b>1.388</b>	<b>1.426</b>

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

**9. Despesas antecipadas**

<b>Objeto</b>	<b>2013</b>			<b>2012</b>		
	<b>Despesas antecipadas</b>	<b>Importância segurada</b>	<b>Valores em risco</b>	<b>Despesas antecipadas</b>	<b>Importância segurada</b>	<b>Valores em risco</b>
Cumprimento das funções operacionais e de conservação e pagamento de parcelas variáveis	15	25.415	25.415	16	23.243	23.243
Rodovia (danos patrimoniais)	82	38.352	194.587	76	29.289	181.254
Responsabilidade civil	54	11.725	11.725	63	11.185	11.185
Cumprimento das funções de ampliação	1	2.164	2.164	1	1.580	1.580
Veículos	22	1.500	1.500	16	1.888	1.888
Pagamento de parte das parcelas fixas	1	1.257	1.257	2	1.447	1.447
Riscos diversos	3	443	443	1	465	465
Riscos de engenharia	6	14.266	14.266	15	14.266	14.266
<b>Totais</b>	<b>184</b>	<b>95.122</b>	<b>251.357</b>	<b>190</b>	<b>83.363</b>	<b>235.328</b>

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

**10. Imobilizado**

	Taxas anuais de depreciação (%)	2013			2012
		Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido - Ajustado
Informática	40	-	-	-	135
Instalações	10 e 20	-	-	-	2.239
Veículos	20 e 40	<b>98</b>	<b>(98)</b>	-	549
Equipamentos mobiliários	10 e 20	<b>214</b>	<b>(25)</b>	<b>189</b>	652
Imobilização em andamento	-	-	-	-	692
Outros	20	-	-	-	245
<b>Total do imobilizado</b>		<b>312</b>	<b>(123)</b>	<b>189</b>	<b>4.512</b>

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

**11 - Intangível**

	Custo				Amortização acumulada						
	Obras e outras vinculados ao contrato de concessão	Direito de outorga	Encargos financeiros e gastos pré operacionais	Software e direitos de uso	Total do custo	Obras e outras vinculados ao contrato de concessão	Direito de outorga	Encargos financeiros e gastos pré-operacionais	Software e direitos de uso	Total da amortização	Valor contábil líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Ajustados.</b>	<b>101.902</b>	<b>6.608</b>	<b>1.315</b>	<b>379</b>	<b>110.204</b>	<b>(25.501)</b>	<b>(4.571)</b>	<b>(1.210)</b>	<b>(214)</b>	<b>(31.496)</b>	<b>78.708</b>
Adições em rodovias e outras no exercício de 2012	9.428	-	-	18	9.446	-	-	-	-	-	9.446
Amortização no exercício	-	-	-	-	-	(6.002)	(330)	(16)	(47)	(6.395)	(6.395)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>111.330</b>	<b>6.608</b>	<b>1.315</b>	<b>397</b>	<b>119.650</b>	<b>(31.503)</b>	<b>(4.901)</b>	<b>(1.226)</b>	<b>(261)</b>	<b>(37.891)</b>	<b>81.759</b>
Adições em rodovias e outras no exercício de 2013	28.399	-	-	14	28.413	-	-	-	-	-	28.413
Amortização no exercício	-	-	-	-	-	(17.511)	(330)	(16)	(49)	(17.906)	(17.906)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>139.729</b>	<b>6.608</b>	<b>1.315</b>	<b>411</b>	<b>148.063</b>	<b>(49.014)</b>	<b>(5.231)</b>	<b>(1.242)</b>	<b>(310)</b>	<b>(55.797)</b>	<b>92.266</b>

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 12. Empréstimos e financiamentos

<u>Descrição</u>	<u>Juros e atualizações</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Capital fixo	BNDES - Variação monetária com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) + juros de 2,12% a 4,5 % a.a.	16.004	20.951
Capital de giro	Banco do Brasil - Capital de giro com base na taxa do CDI + juros de 3,21% a.a.	5.010	7.512
		<u>21.014</u>	<u>28.463</u>
Circulante		<u>(7.407)</u>	<u>(7.694)</u>
Não circulante		<u>13.607</u>	<u>20.769</u>

O capital de giro corresponde a operações de crédito para reforço do fluxo de caixa, cujas contratações de seus limites estão suportadas por aval dos acionistas.

O capital fixo foi parcialmente financiado pelas linhas de crédito Finame, Finem, FAT e PIS/PASEP junto ao BNDES.

As garantias para os financiamentos supracitados são:

- Finame - alienação fiduciária;
- Finem - aval dos acionistas, caução de ações e seguro garantia; e
- FAT e PIS/PASEP - caução de ações.

As parcelas do Finame, Finem, FAT, PIS/PASEP, arrendamento mercantil e de Capital de Giro classificadas no passivo não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2014	-	5.204
2015	6.398	7.302
2016	3.240	3.834
2017 a 2018	3.969	4.429
	<u>13.607</u>	<u>20.769</u>



## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 12. Empréstimos e financiamentos (Continuação...)

O financiamento junto ao BNDES (linha Finem) foi obtido em março de 2000, no valor total de R\$ 13.804 pactuado contratualmente, ocorrendo liberações parciais no valor de R\$ 13.272 indexadas pela URTJLP. Devido a aprovação por parte da ARTESP da 4ª Adequação no Cronograma de Investimentos, e em função o prazo para utilização dos recursos estar expirando, foi solicitado junto ao BNDES, em 05 de agosto de 2007, o cancelamento da disponibilidade dos recursos.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de 42 meses e a amortização foi efetuada em 102 parcelas mensais, a partir de 15 de outubro de 2003. Os encargos financeiros são calculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescido de juros de 5% ao ano e pagos mensalmente. Quando a variação da TJLP for superior a 6% ao ano, o excedente será capitalizado. Em 2012 o referido contrato foi encerrado com o pagamento das três parcelas restantes.

Em dezembro de 2005 foi obtido junto ao BNDES (linha FAT e PIS/PASEP) novo financiamento, no valor total de R\$ 12.987 pactuados contratualmente, havendo liberações parciais no valor de R\$ 13.378 indexadas pela URTJLP.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de 24 meses e a amortização está sendo efetuada em 96 parcelas mensais, a partir de 15 de janeiro de 2008. Os encargos financeiros são calculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescido de juros de 4,5% ao ano e pagos mensalmente. Quando a variação da TJLP for superior a 6% ao ano, o excedente será capitalizado. Os juros incidentes serão exigidos trimestralmente durante o prazo de carência e mensalmente durante o período de amortização.

Em maio de 2009 foi obtido junto ao BNDES (linha FAT e PIS/PASEP) novo financiamento, no valor total de R\$ 18.586 pactuados contratualmente, havendo liberações parciais no valor de R\$ 18.507 indexadas pela URTJLP. Para o saldo restante, no montante de R\$ 85, foi solicitado em 08/11/2012 junto ao BNDES o cancelamento da disponibilidade dos recursos, que foi autorizado em 08 de março de 2013 através da Carta AIE/DELOG nº 038/2013.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de 24 meses e a amortização esta sendo efetuada em 84 parcelas mensais, a partir de 15 de junho de 2011. Os encargos financeiros são calculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescido de juros de 2,12% ao ano e pagos mensalmente. Quando a variação da TJLP for superior a 6% ao ano, o excedente será capitalizado. Os juros incidentes serão exigidos trimestralmente durante o prazo de carência e mensalmente durante o período de amortização.

Os contratos firmados com o BNDES incluem cláusulas restritivas. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 12. Empréstimos e financiamentos (Continuação...)

Em dezembro de 2011 foi obtido junto ao Banco do Brasil S/A. novo financiamento, no valor total de R\$ 10.000, pactuado contratualmente.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de 12 meses e a amortização será efetuada em 4 parcelas anuais, a partir de 25 de dezembro de 2012. Os encargos financeiros são calculados à taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de sobretaxa efetiva de 3,21% ao ano e pagos mensalmente.

Em decorrência da aprovação da proposta de incorporação da empresa Infraenge Construções Ltda., conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária em 08 de novembro de 2012, a Concessionária assumiu dois financiamentos obtidos através do BNDES em nome da Infraenge Construções Ltda., cujos recursos foram utilizados para o financiamento de máquinas e equipamentos no valor total de R\$ 213 mil.

O referido contrato foi estabelecido em 05 de agosto de 2011 para pagamento em 48 meses, sendo a última parcela com vencimento em 15 de agosto de 2015.

### 13. Arrendamento mercantil

A Companhia é arrendatária de veículos de uso administrativo e operacional, com opção de compra mediante contratos de arrendamento mercantil junto à instituição Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil.

A Companhia mantém controle dos bens arrendados, cujos valores apresentados nas demonstrações financeiras podem ser assim demonstrados/conciliados (ajustados de acordo com a Lei 11.638/07):

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivo:		
Circulante	<u>462</u>	<u>446</u>
Não circulante	<u>403</u>	<u>518</u>

Os prazos médios de contratação variam de 36 a 60 meses, com vencimentos previstos para até o exercício de 2017.

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 14. Parcela da concessão - ARTESP

	2013	2012
Parcelas fixas nominal	7.578	8.927
Parcelas variáveis	79	153
<b>Total</b>	<b>7.657</b>	9.080
Passivo circulante	(1.845)	(1.822)
Passivo não circulante	5.812	7.258
Valor presente a longo prazo	(664)	(983)
<b>Passivo não circulante a valor presente</b>	<b>5.148</b>	6.275

O Contrato de Concessão Rodoviária, firmado em 02 de março de 1998, será pago em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, as quais vêm sendo devidamente liquidadas desde o início da arrecadação. Atendendo as disposições contidas na Lei nº 11.638/07, o saldo foi ajustado a valor presente, à taxa de juros, com base na taxa máxima de captação de recursos de terceiros na data de início do contrato da concessão.

O saldo em 31 de dezembro de 2013 está representado por 50 (2012 - 62) parcelas fixas a vencer, que vêm sendo atualizadas monetariamente pelo IGP-M mensal, cujo índice corresponde a atualização das tarifas de pedágio.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 1,5% sobre a receita operacional bruta, excluídas as receitas financeiras.

As parcelas fixas de longo prazo, a valores contratados, subdividem-se por ano de vencimento, conforme segue:

	2013			2012		
	Valor original	Atualização monetária	Total	Valor original	Atualização monetária	Total
Ano						
2014	-	-	-	507	1.169	1.676
2015	507	1.273	1.780	507	1.169	1.676
2016	507	1.273	1.780	507	1.169	1.676
2017	507	1.273	1.780	507	1.169	1.676
2018	90	382	472	90	464	554
	1.611	4.201	5.812	2.118	5.140	7.258
Valor presente a longo prazo	-	(664)	(664)	-	(983)	(983)
<b>Total</b>	1.611	3.537	5.148	2.118	4.157	6.275

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 15. Transações com partes relacionadas

Em novembro de 2012, os contratos celebrados com a Infraenge Construções Ltda. foram cedidos para a empresa Construtora Bebedouro Ltda.. As condições contratuais foram integralmente mantidas, estando seus valores, segundo a administração, em condições compatíveis com as de mercado.

O total de transações, envolvendo serviços e equipamentos, entre a Concessionária de Rodovias Tebe S.A. e a empresa Construtora Bebedouro Ltda., no exercício de 2013, totalizam R\$ 11.648. O saldo pendente de liquidação em 31 de dezembro de 2013 é R\$ 2.471.

Demais transações com partes relacionadas são, segundo a administração da Companhia, realizadas em condições normais de mercado.

### 16. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 24.002 (R\$ 20.002 em 2012), dividido em 16.002.134 (2012 - 13.335.334) ações preferenciais e 7.999.866 (2012 - 6.666.666) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

#### b) Reserva legal

É constituída de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Artigo 193), sendo calculada a razão de 5% do lucro líquido do exercício, anteriormente a qualquer destinação, limitada a até o montante de 20% do capital social.

A reserva legal foi calculada em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, conforme segue:

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício (base de cálculo)	<u>15.558</u>	<u>9.451</u>
5% do lucro líquido ajustado - Reserva legal	<u>778</u>	<u>472</u>

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 16. Patrimônio líquido (Continuação...)

#### c) Dividendos propostos

Em Assembléia Geral Extraordinária, datada de 05 de Dezembro de 2012, os acionistas controladores optaram por destinar parte do valor existente na conta reservas de lucros, no montante de R\$ 8.000, para a distribuição de dividendos. Deste total, R\$ 6.000 foram pagos durante o exercício de 2013, conforme autorizado em Assembléia Geral Extraordinária, datada de 18 de Julho de 2013. O saldo restante será pago após a conclusão das obras de "ampliações principais", conforme determina o Artigo 31, parágrafo único do Estatuto social da Concessionária.

Adicionalmente aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades Anônimas.

#### d) Retenção de lucros

A Reserva de Retenção de Lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos Acionistas controladores.

### 17. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados conforme demonstrado abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	22.685	14.170
Contribuição social à taxa nominal	(2.042)	(1.275)
Adições, líquidas das exclusões	(1.318)	108
Despesa com contribuição social	<u>(1.923)</u>	<u>(1.285)</u>
Imposto de renda à taxa nominal	(5.671)	(3.514)
Adições, líquidas das exclusões	(1.318)	108
Despesa com imposto de renda	<u>(5.204)</u>	<u>(3.434)</u>

## CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 17. Imposto de renda e contribuição social (Continuação...)

Despesas com imposto de renda e contribuição social composto por:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Corrente	(6.279)	(6.387)
Diferido	(848)	1.668
<b>Total</b>	<u>(7.127)</u>	<u>(4.719)</u>

### 18. Contingências

Em 31 de dezembro de 2013, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, foi contabilizada provisão para contingências no montante de R\$ 3.600 (R\$ 257 em 2012), a qual é suficiente para a cobertura de eventuais perdas em decorrência de discussões cíveis e trabalhistas, sendo que deste valor R\$ 2.536 estão cobertos por seguros.

### 19. Ajuste das tarifas de pedágio de pista simples

Em 27 de junho de 2002, em reunião inter-secretarial, o Governo do Estado de São Paulo determinou que o reajuste tarifário anual das rodovias de pista simples dos lotes concedidos à iniciativa privada não fosse repassado ao usuário, devendo o Poder Concedente arcar com o ônus decorrente através de repasse de recursos.

### 20. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados substancialmente, por numerário em caixa, contas correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e financiamentos. Os valores desses instrumentos reconhecidos nos balanços patrimoniais findos naquelas datas aproximam-se dos valores de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e juros atualizados até a data do balanço.